

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.704 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2003

Especialistas discutem assistência farmacêutica

A Subcomissão Temporária da Saúde reúne amanhã vários especialistas para discutir a melhoria da assistência farmacêutica oferecida à população, especialmente pelo SUS.

PÁGINA 3

Educação vota projeto que institui TV comunitária

A criação do serviço de televisão comunitária será examinada amanhã pela Comissão de Educação. Também deve ser votada a proposta de disponibilizar um canal por cabo para uso das universidades.

PÁGINA 6

Dois ministros debatem no Senado emprego e segurança para jovens



Roque de Sa

Comissão de Assuntos Sociais discute em audiência pública a criação de oportunidades de emprego para jovens e o envolvimento de adolescentes com a criminalidade

Jaques Wagner, do Trabalho, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, devem participar de audiência na CAS

Audiência pública proposta pela senadora Lúcia Vânia deve reunir quinta-feira, na Comissão de Assuntos Sociais, os ministros Jaques Wagner, do Trabalho e Emprego, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, além do jornalista Gilberto Dimenstein. Eles vão debater com os senadores as oportunidades de emprego para jovens e o envolvimento de adolescentes com a criminalidade. Segundo Lúcia Vânia, é preciso que o governo e a sociedade ofereçam alternativa mais justa para a parcela da juventude que hoje encontra no crime uma forma de sobreviver.

PÁGINA 3

Comissão analisa fim da taxa mínima nas contas de energia

PÁGINA 5

Comissão de Infra-Estrutura também examina criação de cota mensal mínima gratuita de água



Gerardo Magela

Divulgação

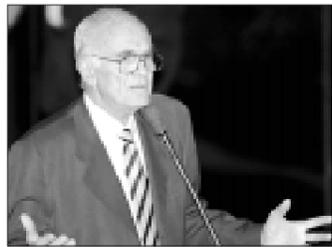


Situação dos idosos está sendo analisada no Senado por subcomissão temporária

Atores de novela falam sobre a realidade do idoso no país

A Subcomissão Temporária do Idoso ouviu quarta-feira duas pessoas que conhecem os problemas da terceira idade tanto na ficção como na vida real. São os atores Carmem Silva e Osvaldo Louzada, que representam um casal na novela *Mulheres Apaixonadas*. A proposta de convidá-los para audiência pública foi da senadora Iris de Araújo.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Roberto Saturnino obriga a publicação de editais convocando investidores

Saturnino defende resgate de cotas do Fundo 157

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou projeto de lei que obriga instituições que ainda detêm sob sua administração cotas do antigo Fundo 157 a publicarem editais de chamada dos investidores que têm direito a essas cotas. As chamadas seriam feitas por três editais consecutivos, com prazo de 30 dias entre eles, convocando os investidores a resgatar as cotas ou manifestar interesse em manter a aplicação.

O Fundo 157 foi criado pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e era uma opção oferecida aos contribuintes do Imposto de Renda para aplicar parte de sua declaração em instituições de sua livre escolha. Até 1978, explica o senador na justificativa do projeto, os contribuintes recebiam, junto com a notificação do Imposto de Renda, formulário para investimento em fundo de sua escolha, ligado a banco ou corretora. O repasse da aplicação à instituição financeira era feito pela própria Receita Federal, que emitia depois um certificado de investimento.

A partir de 1985, várias resoluções foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pela Comissão de Valores Mobiliários, modificando a denominação e até o tipo de investimento. Como vários cotistas perderam o contato com o investimento feito, o senador Roberto Saturnino quer garantir a esses investidores o direito ao resgate.

Hélio Costa propõe TV para divulgar o país no exterior

Projeto, que tramita na Comissão de Educação, prevê oferecimento do sinal da TV Brasil para retransmissão por empresas credenciadas

Está tramitando na Comissão de Educação (CE) projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que autoriza o Executivo a criar a TV Brasil Internacional, uma emissora dedicada a difundir a língua portuguesa e a imagem do país no exterior, por meio de informações culturais, turísticas, esportivas e econômicas. A comissão decidirá terminativamente sobre o projeto – sem precisar que a matéria seja votada no Plenário, a não ser por requerimento de senadores.

De acordo com a proposta, o sinal da TV Brasil deverá ser disponibilizado via satélite para retransmissão por empresas de comunicação credenciadas em



Geraldino Magalhães

Para Hélio Costa, Brasil deve fornecer imagem diversificada à comunidade internacional

qualquer país, mediante autorização do governo brasileiro. Hélio Costa sugere que a programação inclua material produzido pela Televisão Educativa (TVE), TV

Cultura, TV Câmara, TV Senado e TV Justiça, entre outras.

– Não raro, deparamo-nos com estereótipos, rotulações fáceis como a do país do futebol ou do carnaval. Esses comportamentos, em grande parte, decorrem da pura falta de conhecimento dos aspectos relevantes do Brasil – argumenta Hélio Costa.

Na opinião do senador, o Brasil tem a obrigação de fornecer à comunidade internacional imagem mais real e diversificada do que realmente é. Ele considera a televisão, por enviar suas imagens aos mais distantes lugares do planeta, o veículo ideal para alcançar esse objetivo.

Alunos devem reverenciar símbolos pátrios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar projeto de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional, acompanhado da execução do Hino Nacional. A cerimônia, pela proposta, deverá ser realizada nas

escolas públicas e particulares, especialmente no ensino fundamental, pelo menos uma vez por semana. A intenção do senador é estimular a convivência dos jovens com os símbolos pátrios, o que ele considera fundamental na formação de qualquer cidadão.

– Estamos certos que a reve-

rência e o respeito são forjados, com efeitos duradouros, exatamente nesse momento do aprendizado formal – disse o senador.

O projeto deverá ser votado em caráter terminativo e seguirá para análise da Câmara, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

Paulo Octávio quer sede da CBF em Brasília

Projeto de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF) encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania obriga as entidades nacionais de administração desportiva, como a Confederação Brasileira de Futebol, a terem suas sedes no Distrito Federal. Pela proposta, após a aprovação da matéria, tais entidades teriam o prazo de 180 dias para se adaptarem à determinação.

De acordo com a justificativa de Paulo Octávio, toda atividade

administrativa de interesse público nacional, salvo especificidades muito claras, deve ter sede na capital da República. “Deve-se aplicar a essas entidades procedimento análogo ao adotado para transferência de órgãos federais para Brasília – providência que precisa ser adotada o mais breve possível”, afirma.

O parlamentar argumenta ainda que, para o fortalecimento de



Célio Azevedo

Pressões regionais afetam eficiência, diz Paulo Octávio

sua eficiência, as entidades desportivas devem estar equidistantes de pressões e paixões regionais. Paulo Octávio menciona também os recentes episódios que resultaram na criação de Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado e na Câmara sobre a administração do futebol, “esporte de maior clamor popular no país”, salientou.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, que altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (destina o percentual de 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para aplicação pelas Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia Legal); PLS nº 336/99, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; segunda sessão de discussão, em segundo turno, PEC nº 22/99, que dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); Parecer nº 493/03, sobre a Mensagem nº 84/03, que submete à deliberação do Senado a escolha de José Leônidas de Andrade Feitosa, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); mensagens submetendo à deliberação do Senado a escolha de José Augusto Lindgren Alves, César de Faria Domingues Moreira, Renan Leite Paes Barreto e Valdemar Carneiro Leão Neto, para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Macedônia, Islândia, Guatemala e Canadá; PLC nº 50/01, que dispõe sobre promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 40/99, que revoga o inciso VII do artigo 20 da Constituição e o parágrafo 3º do artigo 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acrescidos, e dispõe sobre a sua destinação; entre outras matérias.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 2/03, que dispõe sobre a alienação por doação de uma corveta da Marinha do Brasil; Pareceres nº 494/03 (sobre a Mensagem nº 164/03), nº 495/03 (sobre a Mensagem nº 165/03), e nº 496/03 (sobre a Mensagem nº 96/03) submetendo à deliberação do Senado a escolha de Antonio César Peluso, Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito e Joaquim Benedito Barbosa Gomes para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; entre outras matérias.

Quinta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 40/99, que revoga o inciso VII do artigo 20 da Constituição e o parágrafo 3º do artigo 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acrescidos, e dispõe sobre a sua destinação; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/99 (tramitando em conjunto com a PEC nº 31/99), que dá nova redação ao artigo 14 da Constituição federal, instituindo o voto facultativo; entre outras matérias.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa ordinária

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAS debate oportunidade de emprego para jovens

Proposta por Lúcia Vânia, presidente do colegiado, reunião terá a participação dos ministros do Trabalho e da Justiça. No encontro, marcado para quinta-feira, será discutido também o envolvimento de adolescentes na criminalidade

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza nesta quinta-feira audiência pública com a participação dos ministros do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para discutir as oportunidades de emprego para jovens e o envolvimento de adolescentes na criminalidade. Também comparecerá à reunião, marcada para as 10h, o jornalista Gilberto Dimenstein.

A audiência foi proposta pela presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). "Jovens que não tiveram condições de es-

tudar, na faixa de 15 a 24 anos, formam uma grande massa de desempregados e acabam por encontrar na criminalidade uma opção para sobreviver. É preciso que o governo e a sociedade ofereçam alternativas de vida mais justas para elas", afirmou a senadora.

Ela ressaltou que, segundo dados oficiais, 16% dos brasileiros de 16 a 19 anos já utilizaram algum tipo de droga.



Lúcia Vânia: governo e sociedade têm obrigação de estudar alternativa

Subcomissão vai ouvir casal de novela

A Subcomissão Temporária do Idoso vai ouvir nesta quarta-feira, em audiência pública, os atores Carmem Silva e Osvaldo Louzada. Eles representam um casal da terceira idade na novela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede

Globo de Televisão. A subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), se reunirá às 14h.

De acordo com a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), autora do requerimento para a realização da

audiência pública, o casal de idosos enfrenta, na ficção, dificuldades típicas desse segmento da população urbana brasileira. Além disso, o desempenho dos atores tem feito muito sucesso junto ao público, acrescentou.

Senado vota 11 MPs e libera a pauta

Os senadores aprovaram na semana passada as 11 medidas provisórias (MPs) que obstruíam a pauta. O exame de algumas delas provocou intenso debate, como ocorreu com a que estabelece novas regras para o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), cujo projeto de lei de conversão, apresentado pelo relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi discutido por mais de duas horas. Em razão da mudança, a MP retornou ao exame dos deputados.

Do acordo que permitiu a votação, na quarta-feira, da MP do Refis resultaram regras que, na avaliação do senador, vão estimular a adesão de empresas ao programa. O texto do Senado amplia de 96 para 180 meses o prazo para o parcelamento dos débitos fiscais das empresas e diminui o comprometimento de suas receitas de 3% para 1%. Outra mudança importante, que deverá trazer vantagens para os empresários, é a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para correção das dívidas, em vez da taxa Selic. O ponto que causou mais



Para Aloizio Mercadante, mudança feita pelo Senado estimula adesão de mais empresários ao Refis

controvérsia foi o aumento de 12% para 32% na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas que declaram na modalidade lucro presumido. Senadores da oposição consideraram a medida um aumento da carga tributária. Mas, na avaliação de Mercadante, a alteração significa apenas uma forma de fechar lacuna que permite a elisão fiscal.

Ainda na quarta-feira, foi concluído o exame de outras três medidas provisórias: a que amplia o alcance da isenção do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI) para incluir como beneficiários portadores de deficiência mental; a que retirou do Código Civil dispositivo sobre compensação de dívidas tributárias, e a que impôs novas regras para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

POLÍCIA FEDERAL
Na quinta-feira, os senadores retomaram esforços em busca de acordo que permitisse a votação das demais medidas provisórias que travavam a pauta. Foram aprovadas, além da nova estrutura administrativa do Poder Executivo, a criação de 3 mil cargos na Polícia Federal; a instituição da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial; e a autorização para a contratação, por concurso, de 500 agentes penitenciários. Os senadores aprovaram também a MP que autoriza o aumento do prazo para a comercialização de soja transgênica e a que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, já conhecido como cartão-alimentação.

Assistência farmacêutica do SUS é tema de audiência

O aprimoramento da assistência farmacêutica oferecida à população brasileira, especialmente a praticada no âmbito do Sistema Único da Saúde (SUS), é o tema da audiência pública que será realizada amanhã, às 18h, pela Subcomissão Temporária de Saúde, presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

Foram convidados o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, José Hermógenes de Souza; o coordenador-executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), René José Moreira dos Santos; a diretora administrativa do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Beatriz

Figueiredo Dobashi; e o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Regional Centro-Oeste, Samir Dahas Bittar.

Também devem comparecer à audiência o presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Flávio Vormittag; o secretário de Saúde de Pernambuco, Guilherme Robalinho; e o titular da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Distrito Federal, Jairo Bisol. Na semana passada, o colegiado promoveu a primeira audiência sobre o assunto. Senadores e convidados discutiram problemas como importação de matérias-primas e falta de investimentos na produção e no desenvolvimento de medicamentos.



Proposta de Mozarildo Cavalcanti, que aguarda apreciação em segundo turno, beneficia instituições de ensino superior localizadas na região

Universidades da Amazônia podem ter mais recursos

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece um percentual de recursos do orçamento para investimento nas universidades da região amazônica é um dos itens da sessão deliberativa de amanhã. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a PEC está pronta para votação em segundo turno e determina que as instituições federais de ensino superior localizadas na área terão direito a 0,5% dos recursos provenientes dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI).

Outro item da pauta do Senado é o projeto que impede o pagamento de juros compensatórios de 12% ao ano que incidam sobre

a indenização paga por desapropriação para fins de reforma agrária. A proposta também proíbe o pagamento de indenização pela vegetação que ocupa o imóvel desapropriado. Em segundo turno, o Plenário deverá votar PEC do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que assegura gratuidade para o registro de nascimento, casamento e óbito, e a primeira emissão das respectivas certidões.

Os senadores também devem votar mensagens indicando José Leôncio de Andrade Feitosa para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e embaixadores junto aos governos do Canadá, Macedônia, Islândia e Guatemala.

Simon aponta perda de receita dos municípios

Distorção precisa ser corrigida na reforma tributária, diz senador. Segundo ele, União foi favorecida com maior fatia das verbas

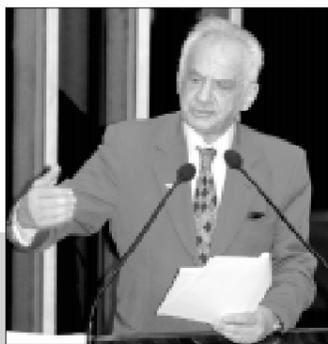
A divisão da receita tributária voltou a penalizar os municípios, disse na sexta-feira em Plenário o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo ele, essa distorção precisa ser corrigida na reforma tributária, que deve ser acompanhada de uma reforma fiscal. Com base em levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o senador mostrou que quem se favoreceu do crescimento da carga tributária, que subiu de 24,61% para 34,46% do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1991 e 2001, foi a União.

— Nesses dez anos, a participação da União nesse montante aumentou de 55,36% para 59,30%, enquanto a dos estados reduziu-se de 28,23% para 26,50% e a dos municípios caiu de 16,41% para 14,20% — comparou Simon.

A proposta municipalista para a reforma tributária foi, segundo Simon, “boicotada” no governo Fernando Henrique porque não havia interesse da esfera federal de rever a repartição dos recursos. A reforma tributária, observou ainda o senador, tem que ser acompanhada de reformas fiscal e administrativa, que definam as responsabilidades de cada nível da Federação e os recursos necessários para o desempenho das respectivas atribuições.

AUDIÊNCIA

Pedro Simon registrou a solenidade realizada sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em que Paulo Roberto



Pedro Simon: recursos municipais caíram de 16,41% para 14,20% da carga tributária em dez anos

Ziulkoski assumiu a presidência da CNM, depois de ser eleito em Brasília por 3 mil prefeitos.

Ziulkoski participará amanhã de sua primeira audiência pública como presidente da confederação, na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), onde falará sobre o terceiro aniversário da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pedro Simon lembrou a militância de Ziulkoski, quando ele presidiu a Juventude do PMDB, e como se tornou líder do movimento municipalista brasileiro. Destacou a postura do novo governo em relação ao movimento e algumas de suas conquistas, como a reabertura de prazo para a renegociação das dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o ressarcimento extra de R\$ 257 milhões da Lei Kandir em julho de 1999.

Em aparte, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que, depois da Constituinte, houve uma reconcentração dos recursos nas mãos da União.

Arrecadação municipal tem menor crescimento

A Receita Federal divulgou recentemente os dados sobre a carga tributária no ano passado, que atingiu 35,86% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual refere-se à arrecadação das três esferas de governo (União, estados e municípios). Os municípios responderam por apenas 1,56% da arrecadação, e entre 1998 e 2002 tiveram o menor crescimento entre os três níveis federativos.

Esfera de governo	1998*	2002*	Crescimento
União	20,41%	25,15%	23,2%
Estados	7,78%	9,14%	17,5%
Municípios	1,55%	1,56%	0,6%
Carga tributária total	29,74%	35,86%	20,6%

* Carga tributária em relação ao PIB. Fonte: Elaborado com base em dados da Receita Federal.

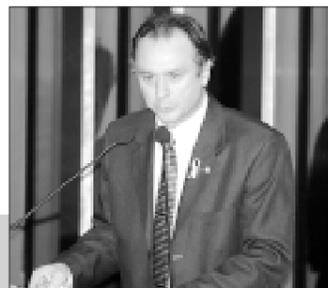
Zambiasi pede ajuda para o norte do Rio Grande do Sul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ao governo federal maior atenção aos problemas da região norte do Rio Grande do Sul, que são equiparáveis, segundo ele, aos do Nordeste do país. Zambiasi quer a inclusão do município de Nonoai e de outras 30 cidades da região no Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), a cargo das administrações federal, estadual e municipal.

Como justificativa, o senador informou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do

norte gaúcho é muito inferior à média do estado, de acordo com pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU). Em Nonoai, de acordo com Zambiasi, os 13 mil habitantes sofrem com carência de infra-estrutura, falta de escolas e analfabetismo. Há ausência, ainda segundo o senador, de quadras de esporte, equipamentos escolares e programas de capacitação e de atualização pedagógica de professores.

Apesar de reconhecida pelos valores históricos e culturais e pelas riquezas naturais, Nonoai não con-



Sérgio Zambiasi: problemas do norte gaúcho equiparam-se aos do Nordeste brasileiro

taria com a estrutura necessária para o desenvolvimento do turismo. Zambiasi aponta também para a vocação agrícola do município e elogia os esforços do secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Manoel Marcondes Linhares.

Paim anuncia reunião da Rede Legislativa em Gramado

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), anunciou a realização da 3ª Reunião da Rede Legislativa das Américas, de 24 a 26 de maio, em Gramado (RS). Promovido pelo Diálogo Inter-Americano, em parceria com o Congresso, o encontro



Paulo Paim defende solução para as dificuldades de prefeituras gaúchas

deve propiciar a discussão e o intercâmbio de questões sociais, políticas e econômicas relacionadas ao hemisfério ocidental. Paim também apelou pela liberação de recursos federais vinculados a convênios firmados entre a União e municípios gaúchos.

A agenda da reunião de Gramado enquadra a situação da América Latina no atual contexto da globalização, inserindo nessa discussão, segundo o parlamentar, o comércio internacional, o fluxo de capitais e o papel do Poder Legislativo na elaboração e supervisão das políticas econômicas. Outras questões relevantes, como a exclusão social, a discriminação contra afro-descendentes e minorias étnicas, os governos demo-

cráticos e o fortalecimento dos parlamentos na América Latina, também constam da pauta do encontro.

Paulo Paim acredita que “o debate deverá ser firme”, por exemplo, em relação ao fortalecimento

do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e à adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No tocante ao fluxo de capitais, lembrou proposta do ex-presidente Fernando Henrique, de taxar os recursos que circulam entre os países sem qualquer controle internacional com uma espécie de “CPMF universal”.

O senador pediu solução para as dificuldades de prefeituras gaúchas que adquiriram equipamentos e executaram obras por meio de convênio com o governo federal, mas tiveram os repasses financeiros suspensos. Sem condições de pagar aos fornecedores, os municípios estariam ameaçados de perder os bens adquiridos e ser processados judicialmente.

Valmir Amaral: consumo do milho deve ser estimulado

Anunciando que, de 23 de maio a 1º de junho, se realiza em Patos de Minas (MG) mais uma Festa Nacional do Milho (Fenamilho), o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu ao governo federal que prestigie o produtor nacional, multiplique investimentos no setor e estimule o consumo de milho, aproveitando-o inclusive nas campanhas de combate à fome.

Referindo-se à instituição do programa Fome Zero, o senador disse que a segurança alimentar passou a integrar a agenda política do país e pode determinar a valorização dos produtos nacionais, o aumento da capacidade produtiva e a adoção de melhores hábitos de consumo pela população. Ele lembrou que contribuem para isso as condições de solo e clima, as pesquisas e as tecnologias aplicadas no Brasil.

Valmir Amaral lembrou que, na Fenamilho, o milho será exaltado



Valmir Amaral sugere que governo utilize o milho nas campanhas de combate à fome

como o produto agrícola mais brasileiro e será iniciada campanha de incentivo a seu consumo, sugerida pela Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho (Abimilho). “Nada mais oportuno e procedente”, observou o parlamentar, censurando o fato de que o Brasil costuma valorizar mais o consumo de trigo.

Conforme o senador, na década de 50, atendendo a pressões dos tricultores, o governo norte-americano distribuiu gratuitamente trigo pelo mundo, tornando-o o cereal mais consumido da Terra. A dependência internacional do Brasil chega à metade do trigo que consumimos.

Projeto libera o gás natural para veículos

Comissão de Assuntos Econômicos se reúne amanhã e pode aprovar proposta do ex-senador Carlos Patrocínio que autoriza o uso do produto em todos os veículos automotores. Relator deu parecer favorável



Na opinião de Antero de Barros, não caberia ao Senado "amarrar a apuração de fatos gravíssimos"

Antero defende criação de CPI do Banestado

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu na sexta-feira, em Plenário, a instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Banestado. Antero afirmou que tanto os representantes do Ministério Público quanto integrantes da Polícia Federal declararam, perante a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que, sem uma CPI sobre a remessa ilegal de dólares para o exterior, feita por meio de agências do banco, o Brasil poderá perder o equivalente a US\$ 30 bilhões.

Antero disse ainda que não cabe a uma Casa política "amarrar a apuração de fatos gravíssimos". Ele acrescentou que só concordaria em que os fatos fossem apurados pela CFC se fosse aprovado projeto de sua autoria que confere à comissão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Ainda sobre a CFC, Antero declarou estar certo de que a comissão irá aprovar, na próxima reunião, requerimento do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), convidando os empresários Rosângela Gabrielli e Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", além de Roberto Wider, do Ministério Público, para prestarem esclarecimentos sobre suposto esquema de corrupção na prefeitura de Santo André (SP).

Ao comentar a manutenção da taxa de juros, Antero disse acreditar que a decisão ocorreu "mais para sustentar uma guerra de vaidades do que por convicções técnicas". Em outro tema, o senador cumprimentou o presidente Lula da Silva e o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, pela forma com que trataram a questão do Estatuto do Torcedor.

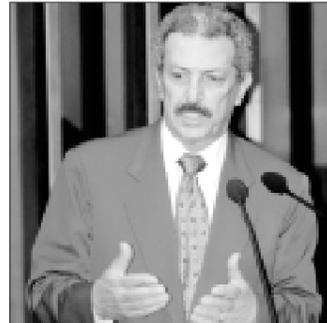
A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai amanhã examinar nove projetos de lei, entre os quais o que libera o uso de gás natural como combustível em todos os veículos automotores. A segunda parte da sessão da CAE será destinada a audiência pública com os prefeitos de Mariana Pimentel (RS), Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios, e de Aracaju, Marcelo Déda, coordenador-geral da Frente Nacional de Prefeitos, que debaterão a Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada aos municípios.

O projeto que autoriza o uso do gás natural como combustível é do ex-senador Carlos Patrocínio, e o parecer do relator Delcídio Amaral (PT-MS) é favorável à

aprovação. Uma vez que a decisão será terminativa, a comissão encaminha a matéria diretamente a exame da Câmara, a menos que seja apresentado requerimento de pelo menos nove senadores para discussão em Plenário.

Outro projeto a ser analisado pela CAE estabelece que o cálculo da receita corrente líquida para a apuração dos limites de endividamento de estados, Distrito Federal e municípios seja atualizado mensalmente com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A proposta é do senador Romeu Tuma (PFL-SP), e o relator César Borges (PFL-BA) deu parecer favorável.

A CAE também discute substitutivo da Câmara dos Deputados sobre projeto de 1991 do então



Romeu Tuma quer mudar cálculo da receita para definir os limites de endividamento público

senador Fernando Henrique Cardoso que define uma relação de serviços geradores do imposto dos municípios sobre serviços de qualquer natureza.

Os outros projetos em exame pela CAE são o do senador Ro-

mero Jucá, que fixa multas no caso de irregularidades em operações de importações; do senador Alvaro Dias (PDT-PR), que institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública (Fasip); do ex-senador Moreira Mendes, que muda a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); do senador licenciado Luiz Pontes (PSDB-CE), isentando o transporte escolar do IPI; o que concede bônus para empréstimos junto ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para investimentos turísticos no Pantanal; e o que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Jucá pede à Petrobras que faça preço do gás baixar

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu na sexta-feira ao presidente da Petrobras, o ex-senador José Eduardo Dutra, que tenha firmeza em sua luta para que as distribuidoras concordem em baixar o preço do botijão de gás de cozinha (GLP).

– Dutra disse, em entrevista, que o preço pode cair até R\$ 10 por botijão, desde que as distribuidoras estejam dispostas a reduzir um pouco seus ganhos. Com isso, o botijão cairia de R\$ 32 para R\$ 22 – observou.

Jucá leu em Plenário notícia publicada pelo jornal *O Globo*, segundo a qual o presidente da Petrobras diz que vem enfrentando oposição das distribuidoras, que não querem diminuir seus lucros. Conforme a reportagem, da queda de R\$ 10, a Petrobras arcaria com R\$ 6 e os outros R\$ 4 sairiam das distribuidoras.

Desde que os preços do petróleo caíram, após o fim da guerra do Iraque, Romero Jucá vem reivindicando em discursos a redução dos preços dos combustíveis. "Toda vez que o dólar ou o petróleo sobe, usam isso para aumentar os preços dos combustíveis", observou o senador. "Agora que já caiu há muitos dias, está na hora de baixar os preços. É uma questão de coerência."

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), entre dezembro de



Romero Jucá também propôs a adoção do subteto estadual na reforma da Previdência

2001 e abril deste ano o preço final do GLP para o consumidor subiu, em média no país, de R\$ 18,69 para R\$ 29,65, um aumento de 58,6%, muito superior à inflação.

No mesmo discurso, Romero Jucá propôs que o relator da proposta de reforma da Previdência Social na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Maurício Rands (PT-SE), inclua no texto o subteto salarial para os governos estaduais, baseado no salário do governador.

O senador lembrou que, à época em que foi relator da reforma administrativa no governo passado, tentou implantar o subteto, mas não conseguiu levar a idéia à frente. Os governadores querem um subteto de R\$ 12 mil, disse. Assim, os governos estaduais não teriam problemas na Justiça ao cortar altos salários de servidores ou aposentados estaduais.

Comissão debate fim da taxa mínima de energia

Projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe a cobrança de taxa mínima de energia dos consumidores residenciais será examinado amanhã, às 14h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a proposta modifica a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com o projeto, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), fica vedada a cobrança do "custo disponibilidade"; os consumidores residenciais pagarão apenas pela energia efetivamente consumida. Inspirado numa iniciativa adotada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica no início do período do racionamento, em 2001, o projeto, conforme o relator, atende ao objetivo de conscientizar a população quanto à finitude dos recursos naturais e à necessidade de evitar o desperdício.

– Como a cobrança do custo de disponibilidade recai, atualmente, sobretudo sobre os domicílios que menos consomem, trata-se de medida regressiva – ressalta Luiz Otávio em seu relatório.

Com substitutivo favorável do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), também está na pauta da CI projeto que estabelece o direito a cota mensal mínima gratuita de água, imune a cortes de for-



Projeto de Osmar Dias, já aprovado pela CAE, recebeu parecer favorável do relator na CI

necimento, para o consumo residencial. De autoria do então senador Paulo Hartung, a proposta estabelece a progressividade das tarifas para subsidiar o atendimento dos "usuários de menor consumo". Caberia ao Ministério da Saúde determinar, por região, a referida cota mínima por família.

A comissão examinará ainda, em decisão terminativa, projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que inclui a ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Espírito Santo, no Plano Nacional de Viação. O senador José Maranhão (PMDB-PB), que relata a proposta, destaca que a rodovia de que trata a proposição compõe o sistema viário estadual capixaba, onde cumpre importante papel no escoamento da produção do interior do estado, beneficiando cerca de 4.500 produtores rurais.



Comissão de Educação debate propostas sobre TV comunitária e canal a cabo para uso de universidades

Senadores analisam criação do serviço de TV comunitária

Também está na pauta da Comissão de Educação proposta de canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior

A Comissão de Educação volta a examinar amanhã, às 10h, projetos que alteram dispositivos legais reguladores da radiodifusão comunitária e do serviço de TV a cabo. Uma das proposições, apresentada por Paulo Hartung quando exercia o mandato de senador, cria o serviço de televisão comunitária. Relatório favoravelmente pelo senador Almeida Lima (PDT-SE), o projeto estabelece ainda anistia às pessoas e entidades que atuavam irregularmente na área e a devolução de equipamentos eventualmente apreendidos pela polícia.

A exemplo dessa matéria, que será votada em caráter terminativo, a CE vai analisar substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto da Câmara que disponibiliza um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino

superior. A intenção é aumentar o acesso de universidades e faculdades à produção, programação e veiculação de programas de caráter educativo nos canais universitários, o que concorreria para a "ampla democratização" desse serviço, conforme assinalou seu autor, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Mudanças nos critérios de renegociação de dívidas contraídas junto ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) também serão submetidas à comissão. A proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) estabelece, em caso de desemprego, a substituição da amortização do saldo devedor pela prestação de serviços à comunidade na área de formação acadêmica do financiado. Mercadante sugere ainda o cancelamento do débito em caso de invalidez permanente do estu-

dante. Embora favorável à aprovação da matéria, o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), oferece emendas de ajuste ao texto original e recomenda seu exame pela Comissão de Assuntos Sociais, já que é de sua competência apreciar propostas que disponham sobre relações de trabalho. O pronunciamento final será dado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Também receberam pareceres favoráveis o projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar, projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no livro dos *Heróis da Pátria*, e projeto da Câmara que dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar.

Teotônio destaca trabalho das emissoras locais

Louvando a informação simples, verdadeira e sem a maquiagem das rádios comerciais, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) saudou o Dia da Radiodifusão Comunitária, cumprimentando todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nessa atividade de pelo Brasil afora.

— Entendo que esses modernos veículos de comunicação se constituem instrumentos importantíssimos de difusão da informação e da



Teotônio: rádio comunitária atende cidadão

cultura, levando os fatos ao conhecimento do cidadão, nos mais remotos lugares e em tempo real, e conscientizando-os dos seus direitos e benefícios disponibilizados pelos governos — disse o senador.

Teotônio salientou que essas emissoras atingem o público em localidades em que as grandes empresas de comunicação não se interessam em atuar, porque não existe a chamada demanda de patrocínio.

— Quero parabenizar os abnegados comunicadores das emissoras comunitárias, que levam, por meio dos seus singelos programas, voltados para as comunidades, as informações e o conhecimento que o cidadão precisa ter, além do entretenimento dos eventos culturais que promovem — frisou.

Referindo-se a Alagoas, Teotônio disse que, ali, muitas rádios comunitárias se utilizam dos recursos da Rádio e da TV Senado para levar aos cidadãos que não têm acesso aos outros meios de comunicação as decisões tomadas pelo Legislativo.

Programa "Debate Brasil" estreia tratando de violência

O que a sociedade pode fazer para enfrentar os problemas gerados pela violência e falta de segurança pública? Tentar responder a essa difícil questão é o objetivo da edição de estreia do programa *Debate Brasil*, hoje, às 21h30, na TV Senado.

Participam do desafio de aprofundar essa discussão o secretário nacional de Segurança Pública, Luis Eduardo Soares; o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Hermann Baeta; o ex-secretário nacional Antidrogas, e atual presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone de Ciências Criminais, Wálter Maierovitch; o presidente da Comissão Pastoral da Terra/CNBB, dom Thomás Balduino, e o secretário especial adjunto dos Direitos Humanos, Mário Mamede. O

presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello, também participa das discussões, por telefone. A jornalista Tereza Cruvinel, do jornal *O Globo*, é uma das entrevistadoras.

Os convidados vão discutir o aumento da criminalidade no país, que inclui até a adoção de métodos terroristas de intimidação de juízes, além de novas formas de atuação do crime organizado.

O programa resulta do empenho da TV Senado de colocar em destaque problemas que preocupam a sociedade. Vários senadores apresentam depoimentos e questionamentos gravados especialmente para o debate. O público poderá participar mandando perguntas por e-mail (debatebrasil@senado.gov.br) ou pelo telefone 0800-612211.

Como sintonizar a TV Senado

A TV Senado está disponível em todo o território brasileiro por meio das emissoras de TV a cabo, antenas parabólicas de tipo analógico e digital, em sinal aberto UHF e via Internet. As emissoras públicas e privadas em sinal aberto também podem transmiti-la.

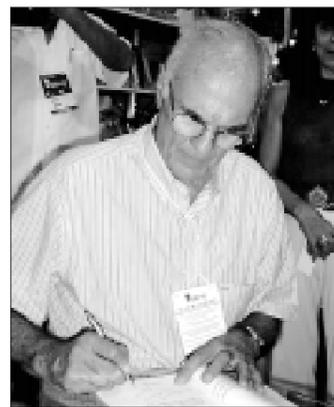
A cabo, a TV Senado pode ser vista nas operadoras Net, TVA, Canbras e Vídeo Cabo. Por assinatura, ela tem sua transmissão nas operadoras DirectTV, canal 217; Sky, canal 30; e Teccat, canal 17. A transmissão em UHF está acessível no Distrito Federal, no canal 51. Para ter acesso às imagens na Internet é necessário o *software* Real Player, com versão gratuita disponível no próprio *site* do Senado, no endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br/tv>. O usuário de antena parabólica que tiver problemas de recepção pode entrar em contato com a Embratel pelo telefone (61) 316.8145.

Saturnino mostra na bienal sua atuação parlamentar

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) esteve no estande do Senado na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro para entregar ao público carioca, na noite de sexta-feira, três publicações que resumem a sua atuação parlamentar nos últimos anos, com artigos e textos de opinião acerca de assuntos do estado e da economia nacional.

No livro *Atividade Parlamentar 2002/2003*, Saturnino reuniu 35 matérias publicadas pelo *Jornal do Senado* entre março de 2002 e abril de 2003. A 11ª edição da revista *Vertente Socialista* traz textos do senador e de colaboradores, e apresenta o município de Miguel Pereira, na região serrana do estado, abordando seus aspectos históricos, culturais, turísticos e econômicos. A cada volume da publicação, Saturnino apresenta uma cidade fluminense.

O senador também presenteou os



Uma das publicações de Roberto Saturnino aborda a ética na política

visitantes da bienal com o livretinho *Ética na Política*, que traz suas reflexões sobre o tema. Para Saturnino, a desvalorização da ética de fato existe, mas não está apenas localizada na política, aparece também em outros setores da sociedade.

Maranhão elogia indicação de ministro negro para o STF

Na avaliação do senador José Maranhão (PMDB-PB), a indicação do primeiro negro para compor o Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador Joaquim Barbosa Gomes, não deve ser tratada como generosidade ou concessão ao indicado, mas como um ato de justiça à competência e ao excelente currículo que apresenta.

Além disso, acrescentou, a composição das instâncias máximas do país não reflete a participação que os negros têm na formação nacional. Afirmando que isso, de fato, pode ser apontado como prova de que há discriminação, o senador classificou como “estupidez” a divisão da sociedade brasileira de acordo com a cor da pele de cada um, “especialmente considerando a miscigenação histórica do



José Maranhão afirma que escolha de Barbosa Gomes para o STF é um “ato de justiça”

povo brasileiro”.

Na análise do senador, há, de fato, discriminação, que se torna ainda mais grave quando vista sob o aspecto econômico. “Na verdade, o preconceito está mais relacionado a conveniências econômicas que a questões sociais ou raciais.”

Almeida Lima abre o PDT aos dissidentes petistas

O senador Almeida Lima (PDT-SE) prestou solidariedade na sexta-feira, em Plenário, ao deputado federal João Fontes (SE), suspenso da bancada do Partido dos Trabalhadores juntamente com a deputada Luciana Genro (RS), por haver se posicionado contra as reformas constitucionais propostas pelo governo. O senador afirmou que o PDT está de portas abertas para receber João Fontes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e quantos outros petistas estiverem envolvidos nessa discordância.

Durante seu pronunciamento, Almeida Lima prestou solidariedade também aos eleitores que votaram em Fontes e disse que o deputado sergipano não merece este tipo de tratamento. A crise entre o PT e João Fontes agravou-se quando o deputado divulgou vídeo em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se posicio-

nava, em 1987, contra a taxa dos inativos do serviço público, contida na atual proposta de reforma da Previdência Social.

Almeida Lima declarou estar defendendo “um sergipano de valor, irrequieto, de espírito rebelde” e vinculado sempre às “causas justas e à defesa dos trabalhadores”. Ele relatou que João Fontes está no PT há mais de oito anos e que, antes disso, esteve por um período curto no Partido Liberal (PL).

— Agora estão tentando desqualificá-lo por ter sido presidente do PL em Sergipe. É o mesmo PL que serviu de sustentação para a eleição de Lula, cujo nome maior é o ex-senador e vice-presidente da República José Alencar — afirmou Almeida Lima.

O senador criticou a forma como o PT vem lidando com a situação. Para ele, o partido, em vez de enfrentar os fatos, procura desqualificar as pessoas. “Estão usando a velha prática do Joseph Goebbels”, observou o senador, referindo-se ao ministro de Propaganda do regime nazista.

Em aparte, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) disse que a forma como o PT lidou com o caso tem raízes na tradição e na origem do partido, cujo maior princípio é que a democracia interna seja protegida. “Na busca dessa democracia, as decisões e as divergências internas são solucionadas pelo coletivo”, afirmou ele.



Almeida Lima criticou a forma como o PT vem enfrentando a questão dos dissidentes

Serys apresenta emenda que acaba com juiz vitalício

Senadora do PT quer fixar mandato por tempo determinado para os magistrados em todos os tribunais brasileiros

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou em Plenário, na sexta-feira, a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a vitaliciedade dos juízes em todos os tribunais brasileiros. A medida, se aprovada, estabelecerá um mandato por tempo determinado aos magistrados, com o objetivo de “impedir a perenização dos julgadores e a constituição de verdadeiros feudos familiares em alguns tribunais, onde o Direito cede espaço para toda sorte de interesses”.

A proposta da senadora impõe a investidura nos tribunais de segundo grau por oito anos, vedando a recondução para novo mandato imediatamente sucessivo. Estipula o mesmo prazo para a constituição dos tribunais supe-



Serys admite que proposta é polêmica, mas defende a “rotatividade nas cortes”

riores, exceto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde já existe a prática de investidura por mandato, e estabelece em dez anos o

mandato de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Serys Slhessarenko reconheceu que a proposta é polêmica, mas disse ser chegada a hora de o Judiciário se ajustar “aos novos tempos”, inclusive se sujeitando ao controle externo, “já que ele é o único Poder que se encontra acima do bem e do mal”. Para a senadora, a proposta será responsável pelo que chamou de saudável rotatividade das cortes, “com efeitos imediatos na qualidade da ação jurisdicional do poder público e na própria imagem do Judiciário”.

— É preciso recuperar, antes que seja tarde demais, a lisura na ação do Judiciário, o comprometimento de seus membros unicamente com o Direito e com a efetiva solução de litígios — concluiu.

Delcidio cobra instalação de defensorias nos estados

Ao homenagear os defensores públicos pelo seu dia (19 de maio), o senador Delcidio Amaral (PT-MS) pediu aos estados brasileiros que ainda não cumpriram o preceito constitucional de implantar defensorias públicas, que o façam. Ele explicou que o objetivo da Defensoria Pública é dar ao cidadão sem recursos próprios a possibilidade de ter um advogado pago pelo Estado para defendê-lo em ações civis, criminais, administrativas ou de qualquer espécie, mesmo que o próprio Estado seja o processado.

— Este é um avanço importante no ordenamento da sociedade brasileira e na consolidação dos

direitos dos cidadãos. Se a Constituição de 1988 enumera o que a sociedade brasileira de hoje considera os direitos fundamentais dos cidadãos, a Defensoria Pública, por sua ação concreta, torna realidade o exercício desses direitos, justamente para aqueles que teriam maior dificuldade de defendê-los, sobretudo num regime capitalista como o brasileiro — afirmou Delcidio Amaral.

Na avaliação do senador, a instalação da Defensoria Pública é “uma verdadeira revolução” em termos de direito à cidadania, acrescentando que, na maioria das vezes, os defensores tratam de causas e casos de pouca re-



Delcidio Amaral: instalação da Defensoria Pública é revolução em termos de direito à cidadania

percussão na mídia, mas que significam muito para as pessoas envolvidas.

Delcidio destacou, como exemplo dos benefícios trazidos pela atuação dos defensores públicos, a atuação nos casos envolvendo a garantia do fornecimento, por órgão público de saúde, de medicamentos a doentes crônicos.

Valmir Amaral: transplantes caíram no DF

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou que, em 2002, foram realizados 10.566 transplantes de órgãos no Brasil, 12% a mais do que no ano anterior. Já no Distrito Federal, foram feitos 216 transplantes em 2001 e 164 em 2002, uma queda de 31,5%. Para mostrar como a situação no DF se agravou, Valmir Amaral assinalou que não foi feito nem ao menos um transplante de fígado na capital da República.

O senador fez um histórico da

atividade no Brasil, que “se iniciou em 1964, no Rio de Janeiro, e em 1965 em São Paulo, com a realização dos primeiros transplantes de rins no Brasil. O primeiro transplante cardíaco ocorreu também em São Paulo, em 1968, pela equipe do doutor Euryclides de Jesus Zerbini, menos de um ano depois da cirurgia pioneira do doutor Christian Barnard, na África do Sul”, relatou Valmir Amaral.

O parlamentar lembrou a Lei dos Transplantes, de 1997, que re-

gulamenta as doações e remoções de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, e o Decreto nº 2.268, de 1997, que a regulamentou. Graças à legislação, já existe no Brasil o Sistema Nacional de Transplantes, que cuida da parte operacional. “Como entender que o Distrito Federal continue apresentando números tão modestos?” Para o senador, o motivo é a grande dependência de recursos da União, o que agrava a crise da saúde pública em Brasília.

Mozarildo diz que tráfico domina rotas na Amazônia

Senador pede aumento dos efetivos das Forças Armadas e da Polícia Federal na região, para combater tráfico de drogas, de armas e de mulheres

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez, na sexta-feira, um apelo em Plenário aos ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que providenciem, com urgência, o aumento dos efetivos das Forças Armadas e da Polícia Federal na Amazônia. Segundo o senador, a região é "um verdadeiro emaranhado de rotas e mais rotas" de tráfico de drogas, de armas e até de mulheres, e os atuais efetivos de militares e policiais federais na região estão muito aquém dos contingentes ideais.

Mozarildo afirmou que as dezenas de rotas criadas pelos narcotraficantes na região compõem o maior corredor de exportação da cocaína desde a Colômbia, a Bolívia e o Peru, responsáveis por 98% do suprimento mundial.

Além disso, registrou, as fronteiras brasileiras na Amazônia são a principal porta de entrada das armas de fogo que abastecem as organizações criminosas do Brasil e a região seria ponto de partida do



Segundo Mozarildo, vigilância nas fronteiras ajudaria até a reduzir a criminalidade urbana

tráfico de mulheres para a América do Sul e a Europa, que utilizaria no Brasil 241 rotas domésticas e internacionais. As aliciadas, na maioria mestiças ou afro-descendentes, têm entre 12 e 24 anos.

O senador qualificou de "chocante" o descaso com que a Amazônia vem sendo tratada por governos sucessivos, tanto é que as três atividades criminosas mais rentáveis do planeta encontraram na região condições ideais para seu desenvolvimento: "Áreas vas-

tíssimas, em especial na fronteira, totalmente carentes de uma vigilância efetiva; uma rede fluvial extremamente capilarizada; impressionante quantidade de pistas de aviação clandestinas – só no Pará são três mil; forças policiais e militares com contingentes reduzidos; além de portos e aeroportos movimentados, ideais para o escoamento das mercadorias contrabandeadas".

O aumento do efetivo não resolverá o problema, admite o senador, mas o fortalecimento da presença militar e policial, associado a outras ações como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), inibirá o tráfico e inutilizará grande número de rotas aquáticas, terrestres e aéreas. O reforço das fronteiras, ao criar obstáculos ao tráfico de armas, também beneficiará o combate ao crime organizado em outras regiões do país, assegurou Mozarildo, que foi apartado pelos senadores Almeida Lima (PDT-SE) e Edison Lobão (PFL-MA).

Virgílio pede atenção para Manicoré

Em nome do prefeito Manoel de Oliveira Galdino, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) fez um apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que avalie o problema enfrentado pelo município de Manicoré (AM) em relação à demarcação de terras indígenas. "As áreas são demasiadamente superiores às necessidades das populações indígenas que ali

vivem", afirmou o senador.

Segundo Virgílio, está ocorrendo o oposto do que a lei (Estatuto do Índio) assegura, pois "algumas ações muito estranhas" levam populações aculturadas a serem classificadas como primitivas. "Como que em um passe de mágica, índios já totalmente integrados à comunidade acabam sendo usados com o objetivo, de duvidosa ori-

gem, de permitir a criação de novas reservas indígenas", alertou.

O senador disse que Manicoré, a 400 quilômetros de Manaus, nas margens do Rio Madeira, tem sofrido prejuízos econômicos e patrimoniais impostos pelo governo federal. Ele pediu que qualquer outra demarcação de reserva seja feita em conjunto com a prefeitura.

Pavan elogia livro sobre microempresas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou na sexta-feira o lançamento do livro *Prosperidade Reprimida – O modo cruel com que a tecnocracia matou o esplendoroso movimento dos micros e pequenos empresários no Brasil*, escrito pelo economista catarinense Pedro Cascaes, que liderou nos anos 80 o movimento das pequenas e microempresas. A obra lembra episódios como a manifestação de março de 1987, quando o Eixo Monumental ficou coberto por pequenos em-



Pavan disse que leitura é recomendável neste tempo de mudanças

presários deitados no asfalto.

– No auge de uma transformação que o governo Lula da Silva está trazendo ao país, o livro *Prosperidade Reprimida* é uma boa leitura de cabeceira para os pequenos empreendedores e também para os setores do governo envolvidos na geração de empregos, que podem buscar nele as alternativas mais viáveis e as soluções que foram adiadas por mais de 20 anos no país – comentou o senador.

Duciomar critica mudanças em desapropriação de terra

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) manifestou-se contra o Projeto de Lei nº 336/99, que acaba com o pagamento de juros compensatórios pelos lucros que o proprietário deixa de receber referentes a plantações e culturas não colhidas, bem como da cobertura



Duciomar: mudanças no projeto violam direitos dos donos de terra

florística (matas e vegetação natural), nas indenizações pagas pelo governo federal em razão de desapropriação de terras para fins de utilidade pública ou interesse social.

– Sob a justificativa de que o pagamento de juros compensatórios e de valores referentes à cobertura florística estaria onerando excessivamente os cofres públicos, ergue-se essa proposição. Os dois itens retirados da lei

que regulamenta essas indenizações, na avaliação de Duciomar, são direitos dos donos das terras.

– Fala-se em desapropriação para fins de reforma agrária, por interesse social. Ora, que interesse soci-

al é esse que agasalha alguns em detrimento de outros? O justo resarcimento ao proprietário da terra, em que se incluem juros compensatórios ou lucros cessantes e a cobertura florística do imóvel, não estaria incluído nesse chamado interesse social? Até onde iremos nós, os legisladores, caso passe a ser usual a elisão de direitos do cidadão irmão em nome da desoneração dos cofres públicos? – indagou.

Papaléo denuncia omissão de mineradora no Amapá

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou preocupação com o impasse existente hoje entre a empresa Indústria e Comércio de Minérios (Icomi) – exploradora de manganês no Amapá – e o governo do estado. Segundo ele, a empresa



Papaléo Paes criticou a empresa Icomi por não cumprir suas obrigações

se nega a assumir as responsabilidades, previstas em contrato, decorrentes das atividades que executou nas terras do estado por 50 anos.

No início da década de 50, relatou o senador, a empresa assinou um contrato de concessão com o então território do Amapá para explorar o minério por meio século, comprometendo-se a transferir, ao final da concessão, o patrimônio da empresa ao estado. Ainda em 1999, observou, a Icomi anunciou que estava encerrando suas atividades no Amapá e que iria transferir o patrimônio ao estado, sem assumir, no entanto, os passivos sociais e ambientais acumulados ao longo da exploração mineral.

– A empresa tem insistido em se desobrigar do contrato, reiteran-

do a intenção de abandonar a área física de sua atuação e todo o projeto, sob a alegação simplista de que o fim do período da concessão, em 3 de maio, implica uma reversão automática de todo o complexo para o estado – disse Papaléo.

Para ele, a gravidade do fato reside na intenção da empresa em não dar destino para as cerca de 57 mil toneladas de manganês que apresentam elevado percentual de arsênio, elemento nocivo à saúde. O minério está em área da empresa localizada no município de Santana e precisa, de acordo com o senador, ter um destino final adequado.

Outro problema arrolado por Papaléo diz respeito ao destino da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), que foi construída para escoamento da produção do minério e transporta ainda habitantes de diversas comunidades locais envolvidas com a atividade. Segundo ele, a empresa não quer mais administrar a ferrovia, que hoje representa o principal meio de transporte da população.